



O FENÔMENO DO LAZER NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA:

REFLEXÕES A PARTIR DE ALTAMIRA/PA

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2021.34288>

FRANCIVALDO JOSÉ DA CEONCEIÇÃO MENDES*, MÁRCIO DOUGLAS BRITO AMARAL**

RESUMO: Considerando a dinâmica social da Amazônia, este trabalho propõe-se a discutir o fenômeno do lazer a partir do exemplo da cidade de Altamira/PA. Trata-se de problematizar uma ambivalência: forças que tendem a universalidades e lógicas que expressam singularidades. Essa interdependência, síntese das diferentes ocorrências do lazer, será discutida a partir da noção de espaço enquanto instância social. Desse modo, o lazer passa a ser debatido como um nexo do cotidiano em cuja lógica se assenta a contradição própria da ordem capitalista. Busca-se superar certas leituras que tomam o espaço e os conteúdos da Amazônia, a exemplo do lazer, de forma reducionista e essencializada. De forma qualitativa, a partir de uma revisão bibliográfica, e de dados obtidos por meio de uma pesquisa de campo, buscou-se situar o debate do lazer a partir de uma cidade da Amazônia, destacando as contradições próprias do movimento histórico dessa região.

PALAVRAS-CHAVE: Lazer. Amazônia. Espaço.

THE PHENOMENON OF LEISURE IN THE CONTEXT OF THE AMAZON BRAZILIAN: REFLECTIONS FROM ALTAMIRA/PA

ABSTRACT: Considering the social dynamics of the Amazon, this work aims to discuss leisure from the city of Altamira/PA. It is about problematizing an ambivalence: forces that tend towards universalities and logics that express singularities. This interdependence, a synthesis of the different occurrences of leisure, will be discussed based on the notion of space as a social instance. In this way, leisure starts to be debated as a nexus of everyday life, whose logic is based on the contradiction proper to the capitalist order. It seeks to overcome certain readings that take up the space and contents of the Amazon, such as leisure, in a reductionist and essentialized way. Qualitatively, based on a bibliographic review and data obtained through field research, we sought to situate the leisure debate from an Amazonian city, highlighting the contradictions inherent to the historical movement of this region.

KEYWORDS: Leisure. Amazon. Space.

* Universidade Federal de Minas Gerais– Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do lazer.

** Universidade Federal do Pará–Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Introdução

A Amazônia brasileira, Amazônia Legal, são expressões usualmente utilizadas para se referir a uma das regiões mais complexas do mundo. Tal complexidade tem a ver com a diversidade de formas, modos de vida e saberes seculares que nem sempre são devidamente valorizados.

Essa primeira ponderação cumpre a finalidade de situar o espaço sobre o qual falaremos, como também demonstrar o desafio inerente a essa discussão e sua interface com o fenômeno do lazer. Isso porque, somente na porção brasileira, a chamada Amazônia Legal se estende por nove estados, um verdadeiro território continental.

Para além dessa diversidade territorial, tem-se também uma diversidade de práticas, saberes e experiências, das quais o lazer é um nexos. Em outras palavras, não se pode tomar essa região como uma unidade homogênea, pois prevalece nesse espaço uma ampla e complexa trama social. Sobre isso, Gonçalves (2001) nos fala da *Amazônia*, *Amazônias*, com o substantivo no plural revelando o esforço desse autor em pensar a Amazônia para além da histórica dualidade *sociedade vs. natureza*.

Ao longo de sua reflexão, Gonçalves (2001) problematiza as imagens criadas sobre a Amazônia que, de maneira exógena, quase sempre revelam o ponto de vista do colonizador europeu. Nessa visão, os diferentes povos habitantes da região, com seus saberes e seus modos de vida, são reduzidos a uma compreensão minimalista e essencializada, especialmente a partir de uma falsa ideia dos povos indígenas.

Não são raras as interpretações acerca das formas e dos modos de vida da Amazônia cujo sentido revela-se em descompasso com a realidade. Expressões do tipo “*el dorado*”, “*inferno verde*” e “*selva*” constituem conclusões que reafirmam o ideário estereotipado.

Evidentemente, ao menos no campo teórico, essas simplificações estereotipadas cada vez mais perdem centralidade, ainda que sejam necessários trabalhos como este para reafirmar o que problematizamos em caráter introdutório. Desse modo, a discussão aqui suscitada tem por base um recorte desse vasto território: Altamira/PA, uma cidade localizada na Mesorregião Sudoeste do Pará.

Nesse sentido, buscando estabelecer uma interface entre o debate do fenômeno do lazer e a complexidade social da Amazônia Brasileira, este estudo visa avançar para além das reflexões propostas por Rocha e Matos (2016), cujo estudo discutiu o fenômeno do lazer (na Amazônia) a partir do par dialético “lazer na/da floresta”¹. Ainda que consideremos pertinentes os argumentos trazidos pelos autores, entendemos que o debate sobre o fenômeno do lazer na Amazônia exige levarmos em conta um conjunto de determinações históricas presentes nessa região, suscitando interpretações e compreensões para além de uma perspectiva mutuamente exclusiva.

Ainda que pensado em outra escala de análise, o trabalho de Trindade Júnior (2013) pode se somar ao nosso esforço de avançar para além da proposta feita por Matos Rocha (2016). Isso se deve ao fato de que as reflexões apresentadas por Trindade Júnior (2015), embora enfatizando o fenômeno urbano e a modernização do território amazônico, propõem um avanço teórico e analítico em torno dos valores urbanos modernos. Desse modo, as cidades *da* floresta, comuns até metade do século XX, perderam centralidade para as cidades *na* floresta, as quais notabilizaram-se muito em função das políticas de integração regional. A centralidade argumentativa desse autor reside em pensar o fenômeno urbano e a modernização da Amazônia não mais a partir da ideia de cidades *da/na* floresta, mas a partir das cidades *para* a floresta.

Notadamente, a referência a Trindade Júnior (2015), que não discute o fenômeno do lazer, ocorre no desejo de explicitarmos uma possibilidade de se avançar para além de uma leitura mutuamente exclusiva. O desafio que se nos impõe ao longo deste trabalho é apresentarmos interpretações que ultrapassem concepções essencialistas que, em relação ao fenômeno do lazer, limitar-se-iam à ideia do “lazer *da* floresta” e, em relação ao fenômeno urbano, às “cidades *da* floresta”.

Os argumentos trazidos por Trindade Júnior (2015) ajudam-nos a formular uma reflexão capaz de visibilizar um conjunto de práticas relativas ao lazer, que muitas vezes não estão contempladas nas análises que opõem o lazer *na/da* floresta, por exemplo. Nesses termos, a tese enunciada por Trindade Júnior (2015), ainda que relativa à modernização e ao fenômeno urbano na Amazônia, pode conferir legitimidade às reflexões que vislumbrem práticas de lazer subjacentes ao movimento contraditório:

1 Essa expressão tem por base o estudo de Rocha e Matos (2016): de um lado, costumes e tradições ligados à dinâmica local são da floresta; de outro, práticas híbridas, ligadas ao valor de troca, à turistificação, constituem lazer na floresta.

Isso porque a vida cotidiana presente nas diversas cidades amazônicas oferece possibilidades e potencialidades não só para avaliar a natureza da urbanização em curso, como também para pensar “cidades para a floresta”, menos formatadas a padrões externos e menos comprometidas com um modelo único de vida e de valores urbanos (TRINDADE JÚNIOR, 2015, p. 104).

Nesse sentido, trata-se de compreender o fenômeno do lazer na Amazônia a partir de uma lógica ambivalente, mas essencialmente interdependente, cujo sentido suscita oposição e complementariedade espacial, em que sua ocorrência não está dissociada dos diferentes modos de vida, tampouco elide a lógica hegemônica da reprodução capitalista.

Esse movimento real, expresso para além do par disjuntivo lazer *na/da* floresta proposto por Rocha e Matos (2016), pressupõe necessariamente discutirmos essa unidade contraditória – de um lado, universalidades; do outro, singularidades –, o que possibilitará que decifremos o modo pelo qual o lazer se expressa na Amazônia. Nesse sentido, estabelecendo mediações teóricas com Lefebvre (1991) e Martins (2014), construiremos esse debate à luz do cotidiano, da instância social, da condição, do meio e do produto das relações sociais.

Desse modo, a partir de Altamira/PA, busca-se construir um debate que articule o lazer enquanto nexos do cotidiano, sem suprimir um debate de ordem geral, ou seja, o espaço da Amazônia tomado enquanto construção social, mediado por contradições. A metodologia, de caráter exploratório, fundamenta-se nos principais teóricos que discutem de forma direta ou interdisciplinar a temática em tela. Somam-se a essa incursão teórica estratégias de caráter qualitativo, a exemplo da pesquisa de campo combinada com a técnica da observação sistemática.

A partir dos argumentos enunciados, este trabalho está dividido, grosso modo, em duas partes: a primeira propõe-se a (re)discutir o lazer enquanto uma categoria universal, especialmente a partir das ideias do francês Joffre Dumazedier, as quais condicionam o debate do fenômeno do lazer a um ideário urbano-industrial. A segunda parte visa apresentar experiências de lazer que subsistem em diferentes espaços-tempo da Amazônia, buscando destacar o tensionamento entre práticas que suscitam as contradições imanentes a uma ordem geral (as universalidades) e uma ordem específica (as singularidades).

Em resumo, a tese sustentada ao longo do trabalho sugere considerarmos o lazer na Amazônia para além do par dialético na/da floresta, conforme problematizamos em Rocha Matos (2016), o que nos aproxima de um lazer que se materializa a partir de um constante embate entre as universalidades e as singularidades, resultando em práticas que se interpenetram na dinâmica da vida cotidiana e, por isso, configuram-se enquanto síntese de uma ordem hegemônica e de uma lógica insurgente. Assim, vislumbra-se um terceiro movimento, isto é, um lazer que se manifesta pela fusão das múltiplas determinações históricas presentes no espaço socialmente construído.

O lazer enquanto categoria universal: apresentando outras possibilidades analíticas

Um conceito, ou categoria, expressa uma capacidade de abstração diante de um objeto, coisa, comportamentos ou processos históricos. Trata-se de um recurso metodológico que amplia as possibilidades de se discutir sobre determinado objeto, como afirma Souza (2013, p. 23):

Definir é uma coisa que nada tem de muito simples, pois exige um razoável, às vezes até mesmo um elevado (dependendo da complexidade daquilo que se deve definir) poder de abstração. “Abstração” e “abstrato” não são termos pejorativos, ao contrário do que muitos pensam. Raciocinar abstratamente significa buscar coisas em comum, ou regularidades, entre coisas diferentes.

O conceito de lazer enquanto abstração teórica configura-se numa dessas possibilidades de se analisar um fenômeno ou prática social. Trata-se de um campo de estudos a partir do qual delineiam-se disputas e tensionamentos, havendo inclusive uma destas quanto à extensão histórica e à etimologia desse conceito/fenômeno.

2 Embora este estudo não se detenha sobre o debate da colonialidade, contém a referência a Mignolo (2005), para quem a emergência do hemisfério ocidental é corolário das estruturas de poder existentes no mundo moderno (criado segundo o ideário europeu), do qual deriva a chamada colonialidade do saber.

3 Conforme Magnani (2018).

4 Santos (2017) fala em história dos divertimentos, especialmente durante o século XIX.

Grande parte das reflexões teóricas sobre os estudos do lazer no Ocidente sofreu influência direta das ideias de Dumazedier (1976) e Parker (1978). Não se trata apenas de uma produção teórica situada no continente europeu, mas da existência de um ideário consubstanciado em um modelo urbano-industrial. Tampouco se trata, todavia, de mera negação da produção intelectual europeia, mas do pensamento eurocêntrico, até porque é possível existir no Norte Global um Sul Global, e vice-versa². Essa caracterização mostra-se importante pois, como nos diz Gomes (2014), ao se discutir o fenômeno do lazer é preciso situá-lo e contextualizá-lo historicamente sob pena de criarmos um campo cego em tornos das nossas reflexões.

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1976, p. 34, grifo nosso).

Como mencionado, boa parte das ideias defendidas por Dumazedier (1976) revela um ponto de vista urbanocêntrico e tendencialmente universalizador. A crítica refere-se ao predomínio de uma concepção europeizante, constitutiva de uma interpretação dicotômica, já que condiciona a prática do lazer à liberação do trabalho, suscitando uma oposição “tempo de trabalho vs. Tempo de não trabalho”.

Muito em função desse quadro epistêmico, nota-se uma espécie de busca pela “gênese”³ do lazer, a partir da qual forma-se um cenário com pelo menos dois aspectos a serem considerados: o primeiro compreende o lazer como inerente à história humana, algo imemorial; o segundo, que o lazer somente passou a existir após a revolução industrial, sendo, portanto, um ato moderno⁴:

Como vimos, o surgimento do lazer ainda não é, e talvez nunca seja, interpretado da mesma forma por aqueles que se têm dedicado a estudar o fenômeno. Não existe uma posição consolidada e finalmente aceita, ao menos pela maioria, sobre o momento histórico no qual se pode situá-lo. Além disso, o enfoque dado pelos autores, ou melhor, a profundidade da abordagem observada nas pesquisas, revela que o interesse intelectual/acadêmico em debater essa questão varia bastante (REIS; CAVICHIOLLI; STAREPRAVO, 2009, p. 75).

Afastando posições binárias e mutuamente exclusivas, Santos (2000, p. 31) nos fornece uma importante ponderação: “a palavra e o fenômeno do lazer suscitam muitas questões, num mundo de significações embaralhadas (...) lazer é um fenômeno moderno e é um fenômeno imemorial”.

Pensar o lazer como fato histórico exige a superação da dicotomia lazer-trabalho e das ideias urbanocêntricas fundadas no pensamento eurocêntrico. Soma-se a isso a necessidade de se pensar esse fenômeno para além de modelos e/ou conceitos pré-definidos, o que nos permitirá compreender as expressões do fenômeno nas várias temporalidades e espacialidades.

Conforme sugeriu Santos (2000), o lazer pode ser problematizado tanto na extensão da palavra, quanto no seu alcance histórico. Isso possibilita aproximações menos rígidas e uma melhor compreensão acerca das diversas práticas de lazer. Começemos pelas experiências do lazer nos diferentes espaços-tempo da Amazônia.

Espaço-tempo da Amazônia: expressões do lazer

Pensar o lazer a partir da realidade amazônica implica avançar para além de definições universalizantes e dicotômicas, como as que problematizamos a partir do trabalho de Dumazedier (1976). Trata-se de, reconhecendo as possibilidades e os limites desse aporte teórico, propor novas interpretações. Uma dessas tem a ver com a admissão de um espaço-tempo diferenciado e diferenciador, noção que faria frente a históricas formulações que situam a Amazônia de forma caricaturada:

É, sem dúvida, o maior quadro da Terra; porém chatamente rebatido num plano horizontal que mal alevantam de uma banda, à feição de restos de uma enorme moldura que se quebrou, as serranias de arenito de Monte Alegre e as serras graníticas das Guianas. E como lhe falta a linha vertical, preexcelente na movimentação da paisagem, em poucas horas o observador cede às fadigas de monotonia inaturável e sente que o seu olhar, inexplicavelmente, se abrevia nos sem-fins daqueles horizontes vazios e indefinidos como os dos mares (CUNHA, 2006, p. 7).

Mais ou menos dessa forma erigiu-se um discurso, uma espécie de invenção da Amazônia, conforme nos disse Gondim (2007), ocasião em que as temporalidades/espacialidades são apresentadas como lócus homogêneo e, por vezes, hostil às pessoas, quase sempre num negativo apelo hiperbólico das formas naturais, sobretudo. Defende-se aqui pensar o lazer *na/da* Amazônia a partir de outros fundamentos. A visão urbana e industrial, decorrente do modo com que Dumazedier (1976) construiu sua análise teórica acerca do fenômeno do lazer – cuja repercussão foi central no campo dos estudos do lazer no Brasil – , não dá conta de explicar as determinações históricas do lazer na Amazônia. A ideia de lazer condicionada à conquista de tempo livre ou tempo disponível apartado das atividades laborais não encontra correspondente prático na vida cotidiana amazônica. Nesse espaço e nesse tempo, a vida e suas expressões seguem outras regularidades.

Desse modo, ao se discutirem as expressões do lazer nessa região, faz-se necessário contextualizar o próprio conceito de lazer. Essa problematização está presente em Beltrão (2003), que, a partir de uma abordagem antropológica, estabelece um cotejamento entre os conceitos de *brincadeira* e de lazer, sugerindo compreendermos o primeiro enquanto uma concepção nativa e o segundo, como uma dimensão acadêmica. Trata-se, a bem da verdade, de uma provocação para (re)pensarmos a aplicação de certas categorias e certas abordagens, formuladas em contextos gerais, em espaços-tempo com características marcadamente singulares. Para Beltrão (2003, p. 47), não se trata da mera assimilação de conceitos ou categorias sistematizados em contextos distintos, mas da necessidade de estabelecermos mediações entre uma dimensão nativa e uma noção acadêmica, sem relativizar as singularidades do local:

brincadeira não é uma categoria rígida, tão pouco uma categoria definida de comportamento. Ao usar a expressão, ela pode referir-se à brincadeira em si, ou mesmo ao trabalho profissional que, apesar da contradição, pode ser prazeroso (BELTRÃO, 2003, p. 47).

Essas brincadeiras, ou formas de lazer, suscitam uma dimensão cultural ou de vivência lúdica, conforme argumentos de Gomes (2003). Ainda assim, convém problematizar que os argumentos dessa autora têm sido reproduzidos de forma indiscriminada, culminando em análises pouco rigorosas, como se a referência à categoria *cultura* fosse suficiente para fundamentar a complexidade inerente ao fenômeno do lazer em diferentes espaços-tempo.

Ainda que não seja nosso interesse aprofundar o debate iniciado por Gomes (2004), muito menos problematizar as análises teóricas pouco rigorosas que a sucederam, convém esse destaque a fim de alertar para a necessidade de se construírem reflexões conceitualmente situadas, como fizeram Silva (2000) e Hall (2000).

Assim, ao contrário do que sugeriu Cunha (2006), o espaço social da Amazônia não se resume a homogeneidades ou expressões pré-históricas cujo ambiente inóspito opõe sujeito e natureza. Nesse espaço há, sim, práticas de lazer que refletem uma ambiência ligada à dinâmica dos rios e das florestas, como também aquelas ligadas a um ideário baseado na técnica, conforme Santos (1996).

Na contramão dessa tradição ocidental, cuja centralidade do debate do lazer é a oposição do tempo do trabalho ao tempo livre, Evans-Pritchard (1978), numa descrição do povo Nuer⁵, apresenta-nos outras possibilidades e noções de tempo. Em sua descrição, o autor revela que, para determinados povos (a exemplo dos Nuer), o calendário constitui-se numa relação entre um *ciclo de atividades* e um *ciclo conceitual*, não havendo separação entre os dois, pois o ciclo conceitual depende diretamente do ciclo de atividades (EVANS-PRITCHARD, 1978).

Como afirmamos no início desta seção, a ideia de tempo não pode ser considerada um valor universal e absoluto. Não se trata, porém, de incorrer numa compreensão minimalista ou essencializada da realidade pela dimensão natural, ecológica. Trata-se de reiterar o caráter relativo do tempo, bem como as consequências práticas que implicam as diferentes formas sociais. É nesse sentido que a noção de lazer-tempo livre não deve fundamentar-se apenas a partir do tempo aprisionado nos ponteiros do

5 Aqui não nos deteremos na análise do conflito entre o povo Nuer e os Dinka, descrito por Pritchard, por considerarmos que não é esse o objetivo desta abordagem.

6 quipélago do Marajó, no estado do Pará.

relógio, ou de uma perspectiva funcionalista. Se existem diferentes noções de tempo, certamente existem diferentes manifestações do lazer.

Em determinados espaços da Amazônia – pois este espaço é plural em formas-conteúdo –, o tempo dos rios dita o rito do trabalho, da vida cotidiana, do lazer. A Festa do Sairé em Santarém/PA (CANAL, 2018), o Festival Folclórico de Parintins/AM, a Marujada em Bragança/PA, o Fest Sol em Porto de Moz/PA, com suas características próprias, realçam as particularidades do espaço, dos rios, das florestas, mas, sobretudo, dos diferentes modos de vida.

Exemplos como estes impõem-nos a necessidade de considerarmos as expressões de lazer sob outras noções de espaço-tempo, ainda que a ubiquidade da reprodução do modo de produção capitalista não deva ser elidida dessa análise. Referimo-nos a um tempo diferenciado e a um espaço socialmente construído *nas e pelas* diferenças.

Nesse sentido, tão importante quanto considerarmos a existência de diferentes expressões e noções de tempo, é compreendermos a multiplicidade de experiências de lazer mantidas pelos diferentes sujeitos nos diferentes contextos espaciais. Dito de outra forma, o tempo e as experiências de lazer de um sujeito marajoara⁶ podem ser significativamente diferente daqueles de um carioca, muito em função das determinações históricas que constituem essas duas espacialidades distintas. Tal constatação nos aproxima dos argumentos de Gomes (2003, 2004), exigindo que admitamos e amplie-mos com rigor, no debate do lazer, a categoria da cultura/diferença.

O desafio teórico-metodológico é não sucumbir a uma abordagem essencialista, bem como não reproduzir uma visão genérica. Trata-se de discutir o lazer em uma cidade da Amazônia considerando esse espaço como uma construção histórica e social, sem excluir do debate as contradições que emergem de uma lógica que tende à hegemonia e outra que se constitui contrarracional.

O lazer controlado: reflexões a partir de Altamira/pa

Conforme Lefebvre (1991), o lazer é constitutivo do cotidiano, sendo este último o local da reprodução da vida. Segundo este autor, uma vez separados os elementos do cotidiano (vida privada, trabalho e lazer), passa-se a viver sob a égide da cotidianidade; a partir daí, nada escapa ao seu ritmo, e a vida assume um caráter repetitivo, linear. Essa é uma fração do modo com que o capitalismo se reproduz no mundo moderno.

Trata-se da vida submetida à sistematização, ao controle, à racionalidade. A crítica proferida por Lefebvre (1991) refere-se ao discurso originário do mundo moderno que faz com que os espaços das diferenças sejam minimizados, ao que se institui uma ordem distante.

A racionalidade a que Lefebvre (2001) se refere diz respeito à forma hegemônica com que o capitalismo se reproduz no mundo moderno, transformando a festa em espetáculo. Esse conjunto de padrões, em geral mediados pelo consumo, Lefebvre (1991) denomina de “sociedade burocrática do consumo dirigido”.

Na “zona crítica”, referindo-se ao processo constitutivo das cidades, Lefebvre (2001) considera que o capital industrial cede lugar ao capital financeiro a partir do qual a cidade, de produto, passa a ser produtora. Chega-se ao fenômeno urbano que, sendo um ideário, projeta-se sobre a totalidade do espaço social. É nesses termos que o lazer, sob um ponto de vista mercadológico, consumista e racionalizador, precisa ser problematizado.

Como mencionamos, compreender as manifestações de lazer na Amazônia requer avançarmos para além de interpretações fetichizadas, admitindo-o como uma ocorrência processual. Isso não implica ficarmos presos a um debate de ordem semântica, mas problematizar a ocorrência do lazer a partir de uma perspectiva interdependente. Começemos pela forma universalizadora.

Por forma universalizadora entende-se aquela que suscita a ordem, a hegemonia, o controle das formas-conteúdo; é o cotidiano fragmentado, segundo Lefebvre (1991). Como afirmou Carlos (2018), compreender a produção do espaço pressupõe considerar a ação interdependente do Estado, do capital e dos sujeitos, sem desconsiderar as escalas mundial, metropolitana e do lugar. Faz-se tal inserção para reafirmar que o espaço da Amazônia não pode ser analisado como algo dado, pois trata-se de uma construção histórica.

Como mencionou Trindade Júnior (2013, 2015), o espaço da Amazônia, especialmente após os anos de 1960, passa a incorporar elementos modernizadores, cuja centralidade são inserções de objetos técnicos que, a despeito de subordinar a natureza aos ditames do capital, redefine processos sociais.

Nesse sentido, de forma hegemônica, esse espaço tem sido produzido relativizando modos de vida. As hidrelétricas, por exemplo, rompem com uma lógica da relação cidade-rio, do rio como valor de uso, instituindo um padrão artificializado, tomando o rio como um valor de troca, um valor hídrico. Oliveira (2000), ao debater acerca da interferência dos projetos hidrelétricos na dinâmica social da Amazônia, afirma tratar-se de projetos fundados em externalidades cuja repercussão na ordem vivida é nociva.

Em Altamira/PA, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHBM), construída no rio Xingu, é um desses eventos com repercussão no cotidiano do lazer, cuja materialidade foi capaz de mudar inclusive a dinâmica do rio (atualmente é possível falarmos de um rio chamado “Belo Monte”). As praias de água doce, a montante da UHBM, encontram-se todas submersas: um prejuízo incalculável às pessoas desse território.

Todavia, a racionalidade técnica antecede o evento propriamente dito, revelando a instrumentalização e a tecnocracia estatal, cujo sentido é a viabilidade da obra com base no receituário neoliberal. O Plano Básico Ambiental (PBA), aprovado por instâncias do Estado brasileiro, apresentou uma solução para a extinção das praias de água doce no Xingu: construir praias artificiais (Figuras 1 e 2).

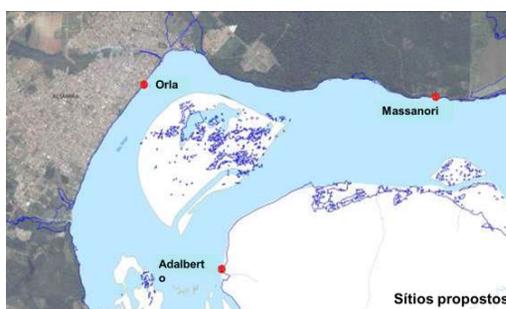
Essas formas racionalizadas não apenas extinguiram processos preexistentes, como instituíram um novo, corroborando para uma intensa redefinição de formas-conteúdo. O rio Xingu, que antes seguia seu curso natural, agora tem seu fluxo controlado pelo sistema informatizado do “operador nacional do sistema” (Operador Nacional do Sistema Elétrico, 2023). Essa tecnificação define a que horas o rio sobe ou desce, como tam-

7 Argumento baseado em Silva (2020).



Figura 1. Praia artificial da orla de Altamira/PA.
Fonte: Norte Energia (2011).

Figura 2. Projeto das três praias artificiais.
Fonte: Norte Energia (2011).



bém interfere nos banheiros, nas corredeiras do rio, nos pedrais – enfim, condiciona uma variedade de ações historicamente mantidas pelas pessoas com esse rio.

No caso das praias artificiais, nota-se a adoção de um conjunto de medidas que, em conjunto, ordenam e restringem o uso, impõem limites e controlam o espaço. Esse cenário se evidencia pela imposição de limites físicos, como inserção de boias, rampas em locais específicos, extensão limitada pelo muro de arrimo, entre outras estratégias de controle. Soma-se a essas imposições físicas a inserção de um conjunto de atividades cuja extensão repercute ou visa repercutir centralmente no conteúdo da ordem vivida dos sujeitos locais. Uma dessas ações ocorreu em 2019 na praia artificial da orla (Figura 3).

O evento mobiliza a chamada “ação de *responsabilidade social*”, que, na prática, constitui-se na realização de “oficinas”, como minitreinos formativos em vôlei de areia, desenvolvidas sob o olhar de diversos convidados, a exemplo do ex-velejador olímpico Lars Grael. A estrutura de som e palco denunciava que a logística estava sob o comando de empresas e pessoas externas à Região Norte. Naquela ocasião a De Castilho Sports (2023), empresa sediada no Rio de Janeiro/RJ, com expertise nacional na execução de eventos esportivos, era a responsável pela ação.

Ao contrário de ações duradouras, cuja centralidade deveria recair sobre os sujeitos, vê-se uma eventualidade de ações destituídas de valores e impacto social. A ação já vem pronta; quem a planeja e executa são outros sujeitos, de outros espaços, de modo que os sujeitos da cidade desempenham papel secundário e o espaço/função de palco (Figura 3).

Intervenções como as citadas anteriormente, e demonstradas pelo conteúdo da Figura 3, cada vez mais se intensificam no pós-Belo Monte, revelando um modo de fazer da empresa Norte Energia, com um descompasso entre a função social do esporte e do lazer e a interface que essas dimensões deveriam ter com a população local. Em verdade, nota-se uma tentativa de instrumentalização do espaço e da prática.



Figura 3. Oficina de vôlei de areia em Altamira/PA. Fonte: Mendes (2023, p. 95).

Os dois exemplos brevemente apresentados, o das praias artificiais e o da oficina de vôlei, demonstram o modo com que as práticas do lazer na Amazônia, via de regra, estão subsumidas a uma face universalizadora, subordinadas a um ideário de controle, muito em função de uma subordinação do território local a uma agenda que se funda em exterioridades. Baseados na técnica e na instrumentalização dos espaços, induz-se a formas e conteúdos artificializados, favorecendo aquilo que Mendes (2018) chamou de ações “de fora para fora” – isto é, as experiências e as espacialidades do lazer já portam um sentido em si, já se apresentam previamente definidas e programadas, quase sempre formuladas por sujeitos que não do local e com base em experiências sem nenhuma conexão com o lugar. O exemplo que Mendes (2018) utiliza para formular a expressão “de fora para fora” são os parques lineares, cuja disposição paisagística simula tipologias europeias e do eixo Sul-Sudeste do Brasil.

No caso específico de Altamira/PA, a empresa Norte Energia, em conjunto com outros agentes, produziu uma espacialidade baseada em profundas intervenções, com o lazer constando como uma compensação, um produto que já porta em si seu sentido, que já nasce pronto sobre um espaço absoluto, geométrico. Cresce a predominância de um lazer que se constitui separado das necessidades imediatas, que incorpora a utilidade para a troca, reproduzindo o ideário moderno, conforme conteúdo da Figura 3.

Exemplos como o descrito anteriormente realçam uma dimensão do modo com o qual o lazer é instrumentalizado na Amazônia: subordinado a um ideário externo, fetichizado por uma concepção de modernidade. Se, de um lado, agentes, como empresário locais, operacionalizam um conteúdo do lazer que nega as práticas banais, por outro, o Estado e seus associados produzem espacialidades que ordenam a vida cotidiana. O que Mendes et al. (2021) chamam de espaços de desencontros são aqueles produzidos a partir da concepção do Estado, cada vez mais racionais e artificializados.

Compreender o modo pelo qual o lazer se (re)produz na Amazônia pressupõe considerar essas externalidades, esse ideário modernizador cujo sentido suscita a racionalização, ao que se instituem novas dinâmicas, especialmente na relação *sujeito-rio*, mobilizando valores mais universais que, na Amazônia, assumem uma equivocada ideia de modernidade.

Todavia, a Amazônia e seus processos não podem ser problematizados “de fora e de longe”, como se o espaço enquanto instância social fosse simétrico. Há que se considerar as práticas insurgentes, aquilo que Santos (2000) chamou de lazer rebelde às

estatísticas. São práticas que escapam desse controle racional e, coexistindo com essa normatização, escampam pelos “poros” presentes no cotidiano. São essas ocorrências residuais que abordaremos na sequência.

As práticas insurgentes e o lazer da Amazônia

De modo geral, quando comparada a outras regiões do Brasil, a produção teórica sobre os estudos do lazer na Amazônia revela uma assimetria regional. Consideramos tratar-se de uma questão estrutural sobre a qual não nos deteremos aqui, mesmo porque essa problemática já foi discutida de maneira mais extensa por Teixeira (2018).

Todavia, é coerente afirmar que existem diferentes estudos abordando a temática do lazer nessa região, destacando-se Costa (2009); Fiori e Mauro (2018); França e Bahia (2019); Vilhena (2012); Bahia (2012); Lobato e Bahia (2020); e Beltrão (2003), tendo estes abordagem predominantemente socioantropológica.

Entretanto, pouco se notam problematizações a respeito desse caráter contraditório, que se evidencia a partir das experiências de lazer ligadas a uma ordem local, como aquelas que revelam conteúdos artificiais que, quando ocorrem, geralmente reavivam posições mutuamente exclusivas, conforme se verifica em Rocha e Matos (2016).

Acreditamos, todavia, que essa lógica (a que tende ao domínio) não se dá de forma homogênea; há resistências e contrarrazões que se expressam no plano do vivido, conforme discutiu Leite (2002). A partir dessa compreensão, e reafirmando o pensamento de Santos (2006), consideramos existir uma dialética em que as singularidades coexistem a exterioridades – contexto que procuramos ilustrar na Figura 4.

O conteúdo da Figura 4 apresenta essa relação dialética a que temos nos referido, ou seja, as práticas humanas não estão dissociadas no espaço socialmente construído. Trata-se de um processo interdependente a partir do qual o lazer, sendo um nexo do cotidiano, expressa tal caracterização ambivalente. O espaço então se configura como um todo contraditório, gênero a partir do qual as lógicas (singulares e universalizadoras) opõem-se e complementam-se num movimento histórico e processual.

A arena dessa disputa é o cotidiano, que, mesmo sob a influência da modernida-

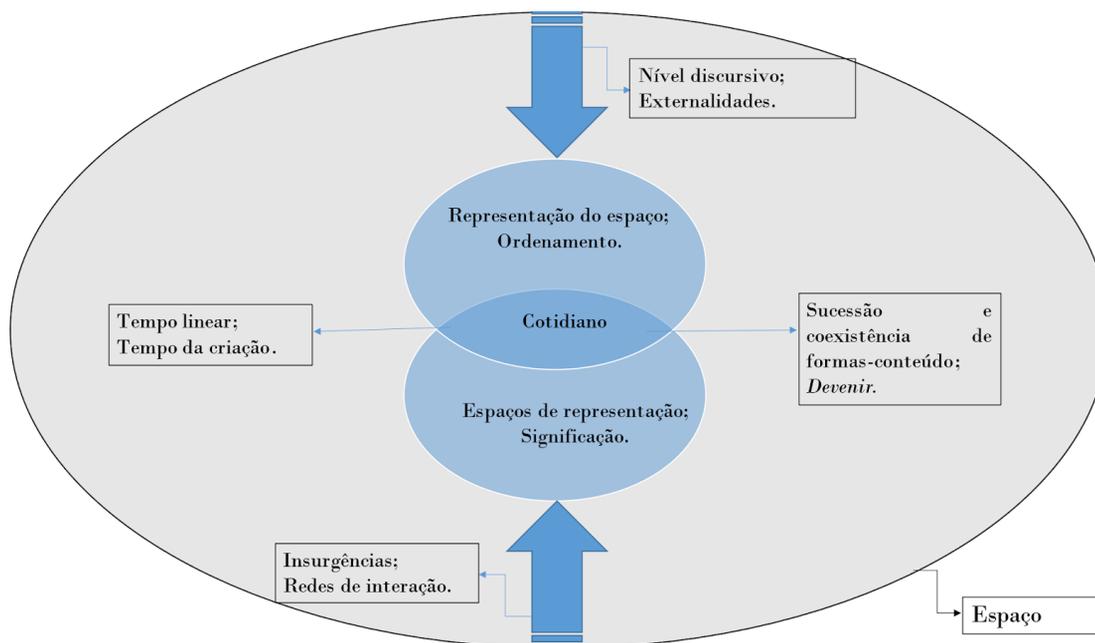


Figura 4. Expressões do lazer no cotidiano de Altamira/PA. Fonte: Mendes (2023, p. 193).

de, do consumo, do hedonismo e da racionalidade, apresenta porosidades por onde escapam práticas diferenciadoras. Não se trata, porém, de mero antagonismo, mas de coexistência/simultaneidade. Trata-se de considerar o espaço diferencial de que falou Lefebvre (1991), local onde os resíduos – práticas sociais não capturadas pela repetição do cotidiano – expressam a potência presente no tecido social.

Em todas essas possibilidades, conforme a Figura 4, há uma ordem que se baseia na racionalidade e na abstração do espaço e das relações, que sugere a hegemonia. Do outro lado, e coexistindo a essa primeira ordem, tem-se a contrarracionalidade, que subsiste na informalidade daquilo que é comum àqueles que estão alijados da primeira ordem, sugerindo a contra-hegemonia, as insurgências da ordem vivida, que se impõem ao domínio do espaço. Em Altamira/PA, um espaço expressa essa caracterização a que temos nos referido (Figura 5).

A discussão aqui apresentada revela o modo pelo qual o espaço da Amazônia é produzido, muito em função de uma agenda consubstanciada no receituário neoliberal, especialmente após os anos de 1960, viabilizada pela estrutura do Estado. Ainda assim, conforme afirmam Mendes e Amaral (2020), tais ocorrências não se concretizam sem resistências. A natureza e o espaço, de modo geral, estão sob constante pressão de



Figura 5. Praia do Massanori, Altamira/PA. Fonte: Mendes; Miranda Neto; Amaral (2021, p. 8)

um ideário externo cujo sentido é a relativização dos modos de vida pela inserção de um padrão quase sempre racionalizador.

A Figura 5 parte do processo técnico da UHBM e evidencia essa ambivalência a que temos nos referido, isto é, ainda que a empresa Norte Energia, concessionária da UHBM, implemente formas que suscitem as racionalidades dos conteúdos da ordem vivida, os sujeitos, ao se apropriarem desses espaços, produzem novas espacialidades, quase sempre negando o planejamento técnico.

A construção da UHBM, além de extinguir um conjunto de praias de água doce, também instituiu uma nova espacialidade em relação às praias, culminando numa ruptura não apenas de um padrão físico, mas, sobretudo, de processos historicamente

mantidos nesses espaços. Essa nova espacialidade desconsidera por completo a orgânica relação que os sujeitos mantinham com esses espaços (já que foram removidos compulsoriamente das margens do rio Xingu e de seus afluentes), além de não levar em consideração a relação mantida entre os sujeitos e os rios.

Ainda sobre o formato artificial das praias em Altamira/PA produzidas no contexto da UHBM, Mendes et al. (2021) consideram ter havido, em relação à dinâmica dessas praias, uma *quebra do padrão rio-praia-vegetação primária*, cuja materialidade corresponde a uma ruptura física, mas também social (Figura 6).

O conteúdo das duas figuras trazidas ao longo desta seção é revelador quanto ao modo com que as experiências de lazer se expressam na Amazônia brasileira. A realidade observada em Altamira/PA, ainda que corresponda a uma pequena fração dessa região, permite-nos afirmar que não podemos falar em lazer na Amazônia prescindindo do debate da técnica, das grandes obras e dos grandes projetos.



Figura 6. Mapa de localização da praia artificial da Orla de Altamira/PA e do Massanori. Fonte: Mendes; Miranda; Amaral (2021, p. 7).

A construção da Rodovia Transamazônica (BR-230), ainda que não tenha sido tratada neste trabalho, produziu, a seu tempo e modo, uma profunda reestruturação na dinâmica social da região amazônica. Da mesma forma, como demonstramos ao longo deste trabalho, a construção da UHBM, em relação ao lazer, provocou uma intensa redefinição tanto das formas quanto nos costumes e modos de vida dos sujeitos de Altamira/PA, a exemplo da *quebra do padrão rio-praia-vegetação primária*, produzido muito em função da criação das praias artificiais, conforme a Figura 6.

Todavia, é pertinente destacar que os limites físicos e as barreiras simbólicas impostos pelo Estado ou por seus representantes (a exemplo da empresa Norte Energia) não ocorrem de forma homogênea. No caso da Praia do Massanori (Figura 6), em que pese o planejamento técnico da Norte Energia, a observação sistemática possibilitou-nos compreender um conjunto de relações que fogem à racionalidade do empreendedor. São densas redes de sociabilidades e de solidariedades que estão no campo da ordem vivida e acabam por ressignificar ou contestar a lógica atual desse espaço.

Isso exige pensarmos esse fenômeno para além de um cenário previamente dado, ou seja, considerando as características históricas da Amazônia, especialmente da sua subordinação a um ideário externo e aos grandes projetos e objetos técnicos. As experiências de lazer não devem ser admitidas de forma disjuntiva (*ou... ou*), mas, sim, de maneira aditiva (*e... e*).

Tal constatação possibilita-nos ampliar as reflexões propostas por Rocha e Matos (2016), que definem que o lazer *ou* seria um fenômeno artificializado (o lazer *na* floresta) *ou* corresponderia a práticas da ordem vivida (o lazer *da* floresta). A centralidade desse nosso trabalho é demonstrar que, na Amazônia, são tênues essas *fronteiras*, esses limites. Ao considerarmos a realidade de Altamira/PA no contexto da UHBM, podemos afirmar que, ainda que o capital produza novas espacialidades – ou, como define Carlos (2018, p. 67), mesmo “o mundial esmagando e coagindo as relações nos lugares” –, são possíveis apropriação e contra-usos dos espaços, conforme visto na Figura 6.

As experiências de lazer na Amazônia, considerando nosso recorte analítico, subsistem enquanto síntese de múltiplas determinações históricas, materializando-se não necessariamente de forma *pura* (o lazer *da* floresta) ou *contaminada* (o lazer *na* floresta), mas num constante tensionamento entre uma concepção de espaço baseada em generalidades (em que a técnica tem primazia) e as experiências e saberes singulares

dos diferentes povos dessa região. Assim, é possível visualizarmos a extinção de um conjunto de praias de água doce (consequentemente, a extinção de um conjunto de práticas de lazer) e a inserção de praias artificiais (por extensão, a quebra de um padrão físico e social), e ainda assim notarmos diferentes modos de apropriação dessa nova espacialidade, muitas vezes negando os usos formalmente designados, como demonstramos a partir da pesquisa na Praia do Massanori.

Considerações finais

A ideia central exposta neste artigo é a de que o lazer na Amazônia se expressa a partir de um constante embate entre uma concepção fundada em externalidades (especialmente ligadas à primazia da técnica) e diferentes modos de vida (a exemplo da histórica relação dos sujeitos com as praias de água doce). A resultante desse embate é a materialidade de práticas que se interpenetram na vida cotidiana enquanto síntese de uma ordem hegemônica e de práticas insurgentes. O resultado dessa contradição é, portanto, o lazer concreto, a fusão entre as múltiplas determinações.

Como nexos do cotidiano, o lazer é constantemente submetido à sistematização, ao controle, à racionalidade. Também é o lazer historicamente afetado pelos signos da modernidade, que tende a constranger a diversidade do espaço e a impor formas e lógicas trazidas da ordem distante. Entretanto, ainda que se reconheça a existência dessa força dominante, que se expressa sobretudo pelo domínio do mercado, da apropriação monetária e dos usos exclusivos, o lazer não pode ser entendido somente por este viés, sob o risco de esvaziar a diversidade de conteúdos nele contida.

Com efeito, se há o problema da generalização, há também certas interpretações que se ancoram somente na singularidade e naquilo que é próprio do local, sem considerar a presença imponente e normatizadora da ordem externa. Como vimos, ao se estudarem os fenômenos que acometem a realidade da região amazônica, é imprescindível entendê-los pelo reconhecimento de diferentes temporalidades e espacialidades. Deve-se, portanto, ultrapassar as definições universalizantes e dicotômicas que acabam por incorporar expressões da “colonialidade do saber” (MIGNOLO, 2005).

Nesse caso, o atrelamento do lazer ao tempo livre a partir da dicotomia trabalho-

-lazer pouco se relaciona à realidade amazônica, pois a confluência de diferentes temporalidades/espacialidades sugere a presença de outras regularidades. Ao se estudar o lazer na Amazônia, tem-se a possibilidade de identificar processos que estão em diferentes estágios de desenvolvimento, no limiar de importantes transformações.

Os exemplos apresentados nesse trabalho a partir da construção da UHBM revelam-nos alguns desses pontos de tensão, como ocorre a partir da imposição de formas-conteúdo concebidas de fora, a exemplo das praias artificiais, e práticas insurgentes, contrarracionalidades que deixam evidente a existência de uma síntese do lazer na vida cotidiana: o lazer concreto.

Desse modo, mesmo que se conceba a existência de um invólucro do consumo, da padronização e da sistematização concebida de fora, nenhuma dessas tendências consegue eliminar as porosidades por onde permeiam práticas insurgentes. Percebem-se, nesse caso, forças que coexistem no conflito e se interpenetram, resultando em formas-conteúdo diferenciadas.

Referências

BAHIA, Mirleide Chaar. *O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará*. 301 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental), Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

BELTRÃO, Jane Felipe. *Brincadeira ou lazer- um olhar antropológico*. *Licere, Belo Horizonte*, n. 6, v. 1, p. 46-60, abril de 2003.

CANAL, Maria Augusta Freitas Costa. *Imaginário Amazônico e Territorialidade Festiva: o Divino na Festa do Sairé de Alter do Chão (Pará/PA, Brasil)*. *Turismo & Sociedade*. Curitiba, v. 11, n. 2, p. 192-216, maio-agosto de 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2018.

COSTA, Antônio Maurício Dias. *Festa na cidade: o circuito bregueiro em Belém do Pará*. 2 ed. Belém: EDUEPA, 2009.

CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

DE CASTILHO SPORTS. *Homepage - Club*. Rio de Janeiro: DE CASTILHO CLUB, c2022. Disponível em: <http://www.decastilhosports.com.br/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

EVANS-PRITCHARD. 1978. Cap. 3 – “Tempo e Espaço”. In EVANS-PRITCHARD. *Os Nuer: uma*

descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Editora Perspectiva. pp. 107-150.

FIORI, Ana Letícia de; MAURO, Ana Luísa Sertão Almada. De formigas, sementes e boleiros: fazeres Sateré-Mawé na Amazônia Brasileira. In: Magnani, José Guilherme Cantor; Spaggiari, Enrico (orgs). *Lazer de perto e de dentro: uma abordagem antropológica*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

FRANÇA, Jessika Paiva; BAHIA, Mirleide Chaar. Espaços públicos, lazer e cidade: conformação de praças públicas em Belém-Pará. *Nova revista amazônica – volume VII – nºfl 02 – setembro 2019*.

GOMES, Christianne L. Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964). Tese (Doutorado em Educação) Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFGM, 2003.

GOMES, Christianne Luce. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*. Belo Horizonte, v. 1, n.1, p.3-20, jan./abr. 2014.

GOMES, Christianne Luce. Verbete Lazer – Ocorrência histórica. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p.133- 141.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônia*. São Paulo: Contexto, 2001.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia, 2ª edição*, Manaus: Editora Valer, 340 p., 2007.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*- Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: editora UFGM. 1999. Tradução de Sérgio Martins e revisão técnica de Margarida Maria de Andrade.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.17 nºfl 49, junho de 2002.

LOBATO, Flavio Henrique Souza; BAHIA, Mirleide Chaar. *Entre a psicofera da floresta e a psicofera urbana: um mergulho etnográfico em uma comunidade Amazônica*. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 21, n. 54, setembro de 2020.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Do mito de origem aos arranjos desestabilizadores: notas introdutórias”. In: Magnani, José Guilherme Cantor; Spaggiari, Enrico (orgs). *Lazer de perto e de dentro: uma abordagem antropológica*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

MARTINS, José de Sousa. *Uma sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henry Lefebvre*. São Paulo: Contexto, 2014.

MENDES, Francivaldo José da Conceição. *Entre o vivido e o concebido: a espacialidade do lazer na vida cotidiana da cidade de Altamira-PA*. 211 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

MENDES, Francivaldo José da Conceição. *Lazer em Altamira-PA: um estudo a partir do RUC Laranjeiras*. (Dissertação de mestrado 123 f). Bragança-PA, 2018.

MENDES, Francivaldo José da Conceição; AMARAL, Márcio Douglas Brito. *O lazer no cotidiano*:

práticas coletivas como resistência. *Nova revista Amazônica* – volume VIII – nº103 – dezembro 2020. P. 47-60.

MENDES, Francivaldo José da Conceição; MIRANDA NETO, José Queiroz de; GOMES, Christianne Luce; AMARAL, Márcio Douglas Brito. Do lazer encarcerado aos espaços de desencontro: um estudo em duas praças de Altamira-PA. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer e 18º Seminário de lazer em debate*. Porto Alegre – RS, 2021.

MENDES, Francivaldo José da Conceição; MIRANDA NETO, José Queiroz de; AMARAL, Márcio Douglas Brito. Entre o concebido e o vivido: práticas de lazer em duas praias artificiais de altamira-pa. In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia (virtual)*. 2021.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. in: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.71-103. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Mignolo.rtf>.

NORTE ENERGIA. *Plano Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte*. 2011.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidades na selva*. Manaus: Editora Valer, 2000.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO. *SOBRE O ONS: O QUE É ONS*. [Rio de Janeiro]: ONS, 2023. Disponível em: <http://www.ons.org.br/paginas/sobre-o-ons/o-que-e-ons>. Acesso em: 06 abr. 2023.

PARKER, Stanley. *A sociologia do lazer*. Rio de Janeiro: ed. Zahar Editores, 1978.

REIS, Leoncio José de Almeida; CAVICHIOILLI, Fernando Renato; STAREPRAVO, Fernando Augusto. A ocorrência histórica do lazer: reflexões a partir da perspectiva configuracional. *Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas*, v. 30, n. 3, p. 63-78, maio 2009.

ROCHA, Douglas Carvalho; MATOS, Lucília da Silva. Lazer DA/NA floresta: as práticas de lazer dos moradores e visitantes da ilha do Combú Belém-PA. In: BAHIA, Mirleide Chaar; FIGUEIREDO, Sílvia Lima (orgs.). *Planejamento e gestão pública do turismo e do lazer*. Belém: NAEA, 2016.

SANTOS, Flávia da Cruz. *Uma história do conceito de divertimento na São Paulo do século XIX (1828-1889)*. *Licere, Belo Horizonte*, v.20, n.4, dez/2017.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. *Lazer popular e geração de emprego*. In: SESC/WLRA. *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço tempo, globalização e meio técnico-científico informacional*. 2a ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Thais Santi Cardoso da. *Viagem à terra do meio: um olhar sobre o (mal)encontro de Belo Monte com o rio Xingu*. 2020. 151f. *Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)*. Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença* in: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*- Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TEIXEIRA, Tatiane Gomes. *Produção e Organização do Conhecimento sobre Esporte e Lazer na Amazônia: Desafios da Rede Cedes*. LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar em estudos do lazer, v. 21, n.4, p. 549–57, 2018.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair C. *Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira*. Papers do NAEA, Belém, v. 321, p. 1-22, 2013.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair C. *Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia*. Mercator (Fortaleza. Online), v. 14, p. 93-106, 2015.

VILHENA, Ana Paula. *Eles são os considerados do setor: uma etnografia sobre a sociabilidade e consumo entre jovens de equipes nas festas de aparelhagem em Belém do Pará*. Dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.